



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-970 - Sao Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0014546-94.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Ligia Augusto Telles e outro**  
 Embargado: **Mathesis Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LÍGIA AUGUSTO TELLES e FERNANDA TELLES VESTIBULARES LTDA, já qualificadas, opuseram os presentes embargos à execução que lhes move MATHESIS CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, também qualificada, alegando ter contratado, a primeira na condição de principal contratante e a segunda como devedora solidária, o serviço de assessoria tributária cuja efetiva prestação teria sido realizada por “apenas 4 vezes” (sic.) sem, entanto, apresentar resultado eficiente na prometida redução da carga tributária, tendo sido, depois, “pressionada” (sic.) pela credora/embargante a assinar o termo de confissão de dívida executado, cuja elaboração teve maculada sua manifestação livre de vontade, de modo que reclamou o acolhimento dos embargos para extinção da execução, condenando-se a embargante na sucumbência.

A exequente/embargada não impugnou o pedido, limitando-se a juntar 399 (trezentos e noventa e nove) documentos que, segundo afirma, comprovariam a efetiva prestação da acessória tributária às embargantes.

Os embargos foram instruídos com o interrogatório das partes e com a oitiva de uma (01) testemunha do embargado, tendo as partes, em debater, reiterado suas postulações.

É o relatório.

Decido.

A prestação do serviço pela credora/embargada à devedora/embargante tem início de prova nos já indicados 399 (trezentos e noventa e nove) documentos juntados às fls. 55/455.

Cumpria, pois, à embargante fazer prova de que o conteúdo desses documentos não é verídico.

Não obstante designada audiência com o objetivo específico de abordar esse ponto controvertido, conforme pode ser lido na ata de fls. 466, a embargante deixou de produzir prova.

Nenhuma testemunha, nenhum documento.

Logo, de rigor reconhecer-se e atribuir-se valor à prova documental da credora/embargada, até porque corroborados pela testemunha *Julio Cesar*, que sustentou fosse funcionário da credora/embargada ao tempo dos fatos e ter realizado “*visitas num intervalo quinzenal e por cerca de um ano e meio*”, destacando mais que “*o término dessas visitas teve relação com dificuldades financeiras da embargante*” (fls. 494).

Ou seja, a tese da embargante, de que as visitas não se realizaram conforme contratado, não procede.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Sobre o suposto vício à manifestação de vontade da representante da devedora e co-embargante, que, segundo a inicial, teria sido “pressionada” (sic.) pela credora/embargante a assinar o termo de confissão de dívida executado, ouvida em depoimento pessoal essa representante legal disse-nos que *"eles (=a credora/embargada) não fizeram qualquer ameaça ou de outro modo obrigaram a depoente a assinar o contrato; o que ocorreu é que, uma vez pago o valor e assinado o contrato, eles se limitaram a dizer que adotariam a opção tributária 'simples', da Fazenda Federal"*, o que, segundo igualmente afirmou, poderia ser feito por seu próprio contador (fls. 467).

À vista do exposto, e com o máximo respeito, parece-nos tenha havido certo exagero na formulação da tese, pois a figura jurídica da *coação* exige “*ser tal que incuta no paciente fundado termo de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens*” (cf. art. 151, Código Civil), o que, à evidência, não é o caso dos autos.

A embargante se diz “ludibriada”, o que é questão muito diversa e não pode servir a anular o título, até porque, como bem postulado por SILVIO RODRIGUES, que menciona acórdão da Corte Paulista, no qual transcritos textos de BAUDRY e BARDE, AUBRY e RAU e ainda BENTO DE FARIA, frisando a conclusão de que se deve tolerar o dolo chamado *mercantil*, pois é hábito das pessoas que vendem elogiar sua mercadoria, atenuando-lhe os defeitos, repousando contudo o argumento principal no fato de que é a *incúria da vítima* a principal responsável pelo erro, porquanto “*se diligente, poderia ter escapado às redes do embuste*”; em seguida, transcreveu trecho do julgado: “*o dolo tolerado, podendo ser facilmente verificado, não exige senão uma prudência ordinária e prática comum de negócios para ser evitado e a lei não pode levar seus escrúpulos a ponto de defender a ingenuidade das pessoas, únicas hipóteses em que estas serão vítimas de dolo dessa natureza*” (SILVIO RODRIGUES, *Dos Vícios do Consentimento*, Saraiva, SP, 1989, pág. 143).

Os embargos são, portanto, improcedentes, cumprindo às embargantes arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos e em consequência CONDENO as embargantes ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.  
P. R. I.

Sao Carlos, 30 de setembro de 2013.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---